



**Prefeitura Municipal de Santana do Itararé**

Praça Frei Mathias de Gênova, 10 – Fone (043) 3526-1459

Santana do Itararé – Paraná

**PROJETO DE LEI Nº 037/2010**

**SÚMULA:** “AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ALIENAR MEDIANTE VENDA, IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO, ATRAVÉS DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO, CONFORME ESPECIFICA”.

O CHEFE DO EXECUTIVO MUNICIPAL, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE O PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 3º DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL ENVIA A ESTA CASA O SEGUINTE PROJETO DE LEI:

**Art. 1º** - É o Poder Executivo Municipal autorizado a alienar mediante venda, através de concorrência pública, nos moldes do artigo 17, inciso I da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, imóveis de propriedade do Município de Santana do Itararé, constantes da relação anexa, constituídos de 10 lotes, de propriedade do Município, constante da matrícula nº R-1-9.192 do CRI da Comarca de Wenceslau Braz Paraná:

**Parágrafo Único** - As avaliações de que trata o presente artigo, serão efetuadas pela Comissão Permanente, designada pelo Prefeito Municipal, através do Decreto nº 007/2009, levando em consideração a geografia e localização de cada lote.

**Art. 2º** - Constituem parte integrante desta Lei o Anexo I, onde constam as relações dos imóveis a serem alienados.

**Art. 3º** - Fica o Executivo autorizado a parcelar os valores relativos aos Imóveis, nos termos desta Lei, da seguinte forma:

I – 36 (Trinta e Seis) prestações mensais, iguais e sucessivas.

**Art. 4º** - O adquirente deverá comprovar, por ocasião da apresentação da proposta, certidão de que não possui outro imóvel urbano no Município de Santana do Itararé.



**Prefeitura Municipal de Santana do Itararé**

Praça Frei Mathias de Gênova, 10 – Fone (043) 3526-1459

Santana do Itararé – Paraná

**Art. 5º** - O Município somente emitirá a competente Escritura Pública do Imóvel vendido, após o pagamento integral do mesmo a expensas do comprador.

**Art. 6º** - Fica terminantemente proibida, a alienação e transferência do contrato relativo ao imóvel, durante o período de 10 (Dez) anos.

**Art. 7º** - Fica o Poder Executivo autorizado a manter negociações com a Caixa Econômica Federal, para a liberação dos valores depositados a título de FGTS, existentes em nome dos adquirentes, visando a amortização do saldo devedor decorrente do contrato objeto desta Lei.

**Art. 8º** - Para fins de atendimento ao contido no artigo 13, inciso III da Lei Orgânica Municipal de Santana do Itararé, ficam desafetadas de sua primitiva condição de bens indisponíveis, passando à categoria de bens dominiais disponíveis, as áreas descritas no artigo 1º desta Lei.

**Art. 9º** - Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, Santana do Itararé, aos 12 dias do mês de julho do ano de 2010.

**JOSÉ DE JESUS ISAC**  
**Prefeito Municipal**

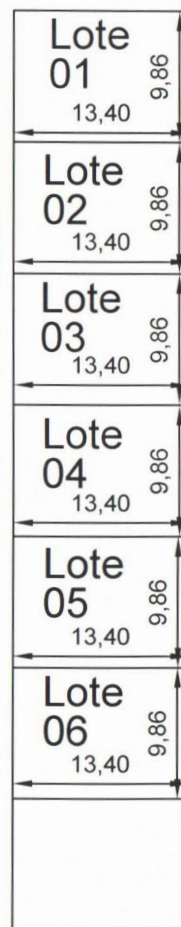
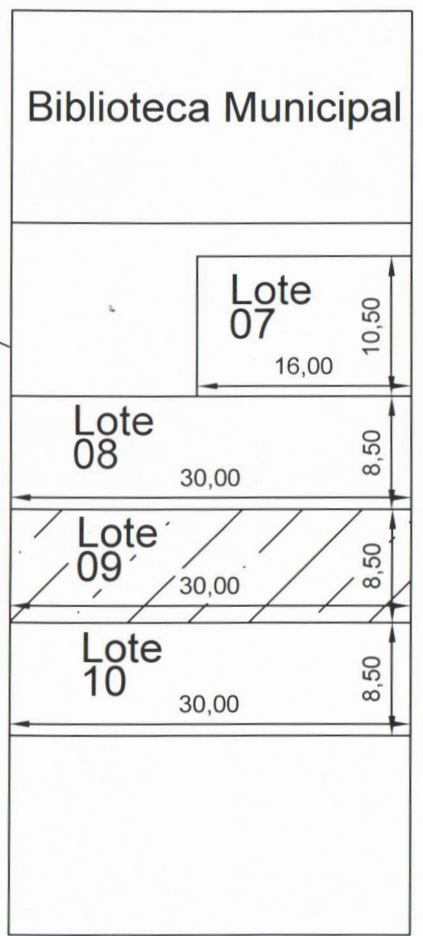
Rua Dona Valdomira Isac

Rua vereador João Ferraz Neto

Rua Francisco de Paula Machado

Área=  
933,00m<sup>2</sup>

ANEXO I



Área = 792,51m<sup>2</sup>

### ÁREAS

Lote 01=132,08m<sup>2</sup>  
Lote 02=132,08m<sup>2</sup>  
Lote 03=132,08m<sup>2</sup>  
Lote 04=132,08m<sup>2</sup>  
Lote 05=132,08m<sup>2</sup>  
Lote 06=132,08m<sup>2</sup>  
Lote 07=168,00m<sup>2</sup>  
Lote 08=255,00m<sup>2</sup>  
Lote 09=255,00m<sup>2</sup>  
Lote 10=255,00m<sup>2</sup>

Loteamento Biblioteca Mun.

Prancha Única

S/ escala

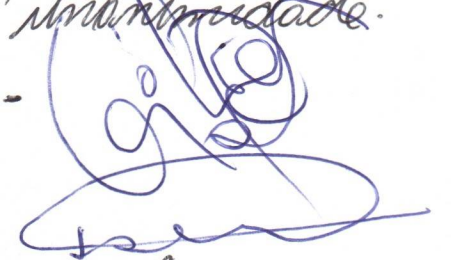
1



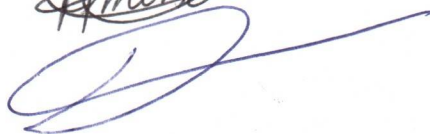
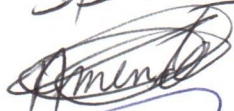
Apresentado na Reunião Extraordinária em  
27/07/10, o qual foi colocado em votação  
o regime de urgência especial e obtendo o  
seguinte resultado os vereadores: Diíner  
Mota Pereira, Marcos P. de Souza, José C.  
Radostki e Ney Apdo. Silva foram desfor  
ríveis, inclusive o senhor Presidente e os  
demais vereadores foram favoráveis, ficando  
então rejeitado o regime de urgência e  
repassado para as Comissões permanentes  
estudarem e darem seus pareceres;

Representado na Reunião Ordinária em 23/08/2010, o  
qual foi colocado em 2ª votação e foi aprovado por  
unanimidade;

Representado na Reunião Ordinária em 30/08/2010, o  
qual foi colocado em 2ª votação e foi aprovado por  
unanimidade.



Benício



Gláudio

Marcos J. J.

